

As cidades como *laboratorium* do historiador: diálogos entre história econômica e cultural

Rodrigo Fontanari¹
Pedro Geraldo Tosi²

Resumo

O presente trabalho visa analisar o *fenômeno urbano* a luz das singularidades da sociedade brasileira. Por mais que os diversos estudos a respeito do tema tomem como ponto de referência os *cânones importados* para pensarem o mundo urbano brasileiro, tornam-se necessárias algumas considerações que levem em conta os problemas típicos de *nossa* sociedade. É sob tal perspectiva que se procura eleger as cidades do complexo cafeeiro paulista, principalmente as pequenas cidades do interior, como *laboratorium* de análises do historiador, uma vez que tais cidades oferecem diversas possibilidades analíticas de temas pertinentes a realidade nacional, tais como: acumulação, modernização e sociabilidade. O estudo da complexidade desses ambientes urbanos ainda possibilita uma aproximação teórica essencial entre história econômica e cultural.

Palavras-chave: urbanização; história econômica; história cultural.

Abstract

This study aims to examine the urban phenomenon in the light of the singularities of Brazilian society. However much the various studies on the subject take as a reference point the imported canons to think the Brazilian urban world, some considerations are necessary to take into account the typical problems of our society. It is under such perspective that we try to elect the cities of Sao Paulo coffee complex, especially small towns, as *laboratorium* of analysis of the historian, since these towns offer a variety of analytical possibilities of relevant issues to the national reality, such as accumulation, modernization and sociability. The study of the complexity of urban environments also allows an essential theoretical approach between economic and cultural history.

Keywords: urbanization, economic history, cultural history.

¹ Mestrando em História – UNESP/ Franca-SP. E-mail: rodrigofontanari@yahoo.com.br.

² Doutor em Economia Aplicada (Área de Concentração: História Econômica) – UNICAMP. Professor do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Política Internacional da UNESP/ Franca-SP. E-mail: pgtosi@uol.com.br.

Venho afirmando que o capitalismo [...] é o processo básico por trás da maior parte da história do campo e da cidade [...] seus impulsos econômicos abstratos, suas prioridades fundamentais no campo das relações sociais [...] vêm alterando nosso campo e criando os tipos de cidades que conhecemos.³

Introdução

Tendo em vista que a realidade brasileira é impar por congregar algumas características sociais singulares – por exemplo: sua origem colonial, a permanência secular do trabalho escravo, a estrutura fundiária pautada no latifúndio, a dependência econômica e tecnológica frente aos países centrais do capitalismo – derivadas em parte das metamorfoses e vicissitudes do capitalismo periférico, é válido lançar mão de modelos interpretativos que priorizem um tipo de urbanização que não segue, exclusivamente, as formas do modelo clássico de urbanização das áreas centrais do sistema capitalista, ou seja, Europa e EUA (COSTA, 1999, p. 233).

O trabalho procura, assim, pensar a cidade e a urbanização à luz da realidade brasileira, amplamente marcada pela manutenção de uma *estrutura colonial* excludente que nos modelou de forma peculiar, e que ainda perdura.

O debate a respeito do fenômeno urbano – recorrente ao final do século XIX e início do século XX, encorpado pelas interpretações da *Escola de Chicago*, e dinamizado pela combinação de enfoques como o da *Escola de Frankfurt*, por exemplo, ganhou acentuado espaço nos meios acadêmicos sob seus mais diferentes prismas, e nas mais variadas esferas da vida pública e política da última década, fato reforçado essencialmente pela crescente urbanização ocorrida em função do *boom* populacional em escala mundial e pela intensificação da dinâmica caótica da expansão urbana (FREITAG, 2007).

Na esteira desses debates, o presente artigo busca objetivar algumas reflexões que articulem: a vida urbana, os mecanismos de acumulação e as formas de atuação da elite

³ WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 404.

paulista na órbita do *complexo cafeeiro*⁴ e, ainda, tenta avaliar como tais atuações contribuíram para aquilo que denominamos *hesitações da urbanização* – vista aqui em seus aspectos concernentes ao desenvolvimento urbano-industrial. O foco analítico é o das cidades de Casa Branca, Santa Cruz das Palmeiras e Tambaú, situadas no interior do Estado de São Paulo, entre a passagem do século XIX para o século XX, momento da expansão cafeeira e ferroviária, responsável pelo processo de urbanização e modernização, mesmo que incipiente, destas cidades interioranas.

Nossa abordagem teórica tem como meta priorizar as conceituações elencadas pelo historiador francês Fernand Braudel. Seu esforço para elucidar a noção de *longa duração*, de *economia-mundo*, de *capitalismo*, de *hierarquia social* e de *circuitos urbanos*, por exemplo, oferece a possibilidade de emprego dessas ferramentas conceituais para o objeto em questão sem, contudo, perder o foco das singularidades que são próprias dos países periféricos, já que o esforço de Braudel foi, justamente, na direção de apreender as especificidades dos desdobramentos do(s) capitalismo(s) pelo mundo.

Procuramos, desta maneira, lançar mão de uma análise histórica do desenvolvimento econômico para estabelecer as relações entre as formas de acumulação de capitais na cafeicultura paulista – intimamente vinculada à atividade creditícia – e o seu destacado processo de urbanização ou de modernização urbana. Objetiva-se ainda, compreender a lógica da acumulação e da modernização operante no capitalismo e respectivamente sua reprodução no complexo cafeeiro, visando entender porque os “benefícios do progresso concentraram-se nos grandes centros que se modernizaram rapidamente, acentuando-se a diferença entre estes e os núcleos do interior” (COSTA, 1999, p. 257).

As cidades do complexo cafeeiro compõem um dos mais expressivos circuitos de interação e de complementaridade urbana do mundo contemporâneo. Refletir sobre a História Urbana e sobre as possibilidades de Histórias que têm nessas cidades e em seus ambientes pode ajudar a entender melhor a realidade da urbanização brasileira e de um dos fenômenos mais notáveis do capitalismo periférico no hemisfério Sul: a constituição da

⁴ Complexo cafeeiro entendido aqui como uma gama diversificada de atividades e investimentos, tendo como núcleo a produção cafeeira, e integradas entre si, tais como: transporte ferroviário, infra-estrutura urbana, comércio de importação e exportação, produção de alimentos, financiamento, ensacamento, beneficiamento, enfim, todas as atividades necessárias à expansão da atividade nuclear, acelerando o ritmo da acumulação (CANO, 1977).

mais saliente rede urbana nas regiões do centro-sul brasileiro, na conjuntura que permitiu o surgimento do complexo cafeeiro, entre 1820 e 1950.

Diante de tais possibilidades auferidas com a seleção das cidades como campo de análise do historiador, há ainda, uma vertente teórica considerável que pode contribuir para um debate mais amplo no campo historiográfico: frente à complexidade do mundo urbano e de seus ambientes é indispensável ao historiador lançar mão de uma aproximação entre os métodos da história econômica e da história cultural, na tentativa de abarcar com mais profundidade o tecido social. Nessa qualidade, procura-se demonstrar que, ao contrário de algumas linhas interpretativas, é possível, e até certo ponto, necessário buscar uma nova síntese histórica entre o *econômico* e o *cultural*, uma vez que os estudos das cidades representam tais possibilidades.

Por uma nova síntese histórica

Procura-se, de forma sintética, situar os debates entre as linhas de força que marcaram o campo da historiografia ocidental no século XX e tentar lançar luz aos desafios decorrentes desses embates que visam assegurar o baluarte de Clio a determinadas correntes interpretativas no campo da História, posicionamentos estes que são pertinentes ainda nessa primeira década do século XXI. Buscar-se, paralelamente, averiguar a situação da história econômica frente o avanço das abordagens culturalistas da *nova nevueille historie*. Tal análise tem relevância uma vez que os reflexos desses embates se fazem sentir na produção intelectual dos historiadores, principalmente os latinos americanos, que estiveram e/ ou estão atrelados a esses “cânones importados”.

Cabe, assim, caracterizar os dois principais territórios historiográficos mais influentes no século XX. A caracterização desses dois conjuntos arquitetônicos singulares no campo historiográfico pode ser realizada através de suas “obras lapidares”, que cristalizam e simbolizam as peculiaridades e ingerências destes dados momentos.

Pode-se destacar como ponto de convergência do primeiro momento – conhecido como “nova história” em relação à escola positivista de fins do século XIX ou como “velha história” se comparada com a *nova nevueille historie* emergida na década de 1970 e mais vinculada ao cultural e à antropologia – a obra *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na*

época de Filipe II de Fernand Braudel, sendo a primeira edição de 1949 (BRAUDEL, 1984). Essa obra é fruto da renovação proposta pela escola francesa dos *Annales*.

O nome *escola dos Annales* deriva da fundação da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929. A influência dos *Annales* foi, sem dúvida, extensa e profunda e contribuiu de forma significativa para uma renovação da historiografia. Recusavam toda forma de história simplista e factual que não ia além da superfície dos acontecimentos. Propunham uma “história-problema” frente a uma “história-relato”. Isso aproximou o ofício do historiador de outros cientistas sociais no objetivo não de narrar episódios, mas de resolver problemas. Toda hipótese de trabalho estaria ancorada em questões do presente, que seriam solucionadas mediante incursão no passado. A proposta de uma historiografia aberta a todos os conhecimentos do homem é definitivamente outra grande contribuição dessa escola, bem como a formulação de uma “história total” em sua primeira e segunda geração (BURKE, 1997).

Essa escola se posiciona em relação a uma anterior de caráter positivista, factual e focada nos “grandes personagens” da história; uma história com pouco poder explicativo, descritiva e que tinha na simples organização e encadeação das fontes documentais o ponto máximo do ofício do historiador. O *Mediterrâneo* de Braudel está alicerçado em um modelo de história totalizante de cunho econômico e social, e sinaliza, portanto, a ruptura com o paradigma anterior trazendo consigo novas características e tendo como objetos: as macroabordagens, a ênfase no estrutural, esforço de análise e reflexão, a necessidade de conceituação, a idéia de sentido, o foco na média duração (indo para a longa duração), a noção de ideologia e a busca de uma razão histórica, resultando em um homem coletivo, representante da pluralidade (ARRUDA, 2007, p. 26).

O segundo momento ou território historiográfico surge do seio dos próprios *Annales*, sendo considerados a sua terceira geração, porém aparecendo claramente em contraposição as gerações anteriores e adotando uma clivagem muito mais culturalista, antropológica e literária que econômica e social, como os predecessores. A obra que simboliza essa “renovação” é *Montaillou* de Emmanuel Le Roy Ladurie publicada em 1975 (LADURIE, 2000). O resultado dessas mudanças de enfoques, objetos e métodos levaram a História a outras veredas tão distinta das anteriores que chegou a causar um clima de tensão e guerra entre os historiadores da *velha* História (econômica e social) e da *nova* História

(cultural e antropológica). As características determinantes dessa nova linha historiográfica são: o enfoque nos microrecortes, a valorização do pontual, o rigor da descrição, a priorização da narração, o destaque nos símbolos, signos e mitos, a ênfase na representação, a concentração na dialética entre curta e longa duração na busca pelo imaginário, ao nível da sensibilidade, resultando em um homem narcísico, desvanecido de si próprio (ARRUDA, 2007, p. 27).

Cabe, contudo, buscar responder alguns questionamentos: Em que momento se deu à emergência dessa *nova nevueille historie*? Em que situação ficou a “velha História” econômica e social? Não terá mais espaço para esse “velho” paradigma totalizante e racionalista? O enfoque restrito na esfera cultural é capaz de abarcar o homem em suas diversas dimensões? Não seria possível uma simbiose entre esses dois territórios historiográficos?

Nas palavras do historiador espanhol Julio Aróstegui, a partir das décadas de 1960 e 1970, com o chamado *giro lingüístico* surge a necessidade de se reestruturar os modelos utilizados para explicar a sociedade, extremamente afetada pela crise geral do Pós-Guerra de 1945, pela crise do capitalismo dos anos setenta e pelos avanços da Semiótica nos estudos da Linguagem, tendo em vista que os velhos modelos não conseguem mais “dar conta” dos fenômenos sociais que são cada vez mais flexíveis e pertencentes ao um “mundo distante da modernidade”; não cabendo, assim, modelos “arcaicos” para explicar essa “nova sociedade” (ARÓSTEGUI, 2006, p.178-185).

Peter Burke denomina como *virada cultural* os anos de 1968 e 1989, que são dois momentos fortes do movimento de abandono dos modelos históricos de caráter holístico, em função de uma “crise de valores da sociedade ocidental”, onde “um dos aspectos mais característicos da prática da história cultural entre as décadas de 1960 e 1990 foi à virada em direção à antropologia” (BURKE, 2005, p. 44).

É fato que o mencionado *giro lingüístico* ou *virada cultural* refletem as vicissitudes da pós-modernidade. Essa corrente de pensamento decolou entre os anos de 1960 e 1970 e trouxe consigo uma visão que nega o próprio sentido da história e sua capacidade de gerar uma explicação que priorize a *totalidade*, apregoando que até mesmo o mundo não existe e, portanto, fica impossível conhecê-lo de forma científica (ARÓSTEGUI, 2006, p. 38).

Peter Burke aponta um exemplo que melhor demonstra a conexão entre a mudança de foco dos historiadores, as abordagens antropológicas e a história, nessa sociedade cada vez mais *presenteista*, permeada por novos meios de comunicação de massa:

Muito dos principais historiadores culturais do final do século XX – por exemplo, Emmanuel Le Roy Ladurie e Daniel Roche na França, Natalie Davis e Lynn Hunt nos Estados Unidos, Carlo Ginzburg na Itália, Hans Medick na Alemanha – originalmente se definiam como historiadores sociais e admiradores de Marx, quando não marxistas propriamente. Do final da década de 60 em diante, eles voltaram-se para a antropologia em busca de uma maneira alternativa de vincular cultura e sociedade, uma forma que não reduzisse a primeira a um reflexo da segunda ou a uma superestrutura, como o glacê do bolo. (BURKE, 2005, p. 56)

O encontro íntimo entre história e antropologia que originou a *antropologia histórica*, e o conseqüente abandono dos modelos econômicos foram motivados devido a tendências antropológicas que ressaltavam enfoques voltados para o cotidiano e ao uso do termo cultura em um sentido *lato*, possibilitando, assim, uma busca por parte dos *novos* historiadores afetados pelos furacões pós-modernos, a esse tipo de abordagem. É nesse contexto que, para Burke, nasce à *nova história cultural*. Esse modelo tem como forte elemento de distinção sua preocupação com linhas teóricas ligadas à pós-modernidade e, segundo a análise de Burke, foram quatro os teóricos que mais o influenciaram: Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault e Pierre Bordieu (BURKE, 2005, p. 71). Tendência nitidamente focada nas práticas, nas representações e no aspecto simbólico da sociedade.

Um exemplo, para melhor explicitar tal momento de crise na História, dentro daquilo que Peter Burke considera como a fase da *nova história cultural*, foi à fragmentação da História e dos *Annales*, principalmente a terceira geração, que é tomada por François Dosse para designar uma *história em migalhas* (DOSSE, 2003).

Em meados da década de 1990 a história econômica – uma matéria interdisciplinar, pois alia elementos da cultura humanística e da cultura científica (CIPOLLA, 1993, p. 8) – foi julgada por alguns como agonizante (FRAGOSO; FLORENTINO, 1997, p. 27). No sentido exposto aqui, e em relação às outras correntes historiográficas, a história econômica tem sua principal característica no fato de privilegiar e enfatizar determinados fatores em

relação a outros, de se pautar pelo diálogo com a teoria e oferecer uma vertente explicativa dotada de sentido, como demonstrou Braudel, em sua tentativa de escrever uma história econômica de âmbito mundial (BRAUDEL, 1996b, p. 9).

O historiador tem como tarefa tentar dar conta do maior número de ângulos possíveis para recompor o passado dos homens, evitando uma ditadura do econômico ou do cultural. Pierre Vilar “apesar de desejar a quantificação máxima dos fatores de crescimento, (...) tinha plena consciência de seus limites. Considerava indispensável à análise de fatores não quantificáveis, como os políticos, os sociais e os mentais” (COHEN; CONGOST; LUNA, 2007, p. 232). Buscava, desta maneira, forjar um conceito de *história total*.

Peter Burke avalia que em breve, possivelmente em uma idade *pós-pósmoderna*, a setorização da história ou das histórias, dará lugar a novas abordagens holísticas, a uma história vista como um todo, a uma “história total”, onde a nova história cultural mesmo perdendo amplitude, contribuirá para demonstrar a importância do prisma cultural para a abordagem do social. (BURKE, 2005, p.131-163).

Percebe-se ao longo dessa breve análise, focada nos impactos da *nova nevueille historie* pelo viés da *nova história cultural*, as constantes flexões e inflexões da disciplina-histórica na busca de melhor entender e compreender o mundo dos homens. Seus caminhos, no entanto, não são retilíneos, acompanham o próprio desenvolvimento da humanidade, sendo hoje imperativo o conhecimento detalhado dessas trajetórias historiográficas para (re) afirmar o caráter científico da história, passando então “da história em migalhas ao resgate do sentido” (DOSSE, 2001). Para alguns “o pós-modernismo foi uma cultura de época mais do que a princípio pode parecer. Mas fez, para historiografia, com que não fosse possível manter a ‘desatenção com a teoria’” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 237).

E é essa desatenção e desdém com a teoria que pode(ria) ser extremamente prejudicial para o futuro da *ciência histórica*, pois se corre o risco de transformar o produto final da análise do historiador em um mero relato sem poder de explicação e privado de racionalidade. Pierre Villar “vê a história como um ir-e-vir incessante, do episódio à teoria e da teoria ao episódio” (COHEN; CONGOST; LUNA, 2007, p. 58). Nas palavras de Eagleton:

Não podemos nunca estar ‘depois da teoria’, no sentido em que não pode haver vida humana reflexiva sem ela. Podemos simplesmente ir

esgotando estilos de pensamento particulares à medida que muda nossa situação. Com o deslanchar de uma nova narrativa global do capitalismo, junto com a chamada guerra do terror, pode muito bem ser que o estilo de pensamento conhecido como pós-modernismo esteja agora se aproximando do fim. Foi, afinal, a teoria que nos assegurava que as grandes narrativas eram coisa do passado. Talvez sejamos capazes de vê-lo, em retrospectiva, como uma das pequenas narrativas que ele próprio tanto apreciava. (EAGLETON, 2005, p. 297)

Dentre outros aspectos positivos para História advindo do *giro lingüístico* pode-se mencionar: os novos estilos de abordagem, novos modos de entender o objeto historiográfico, ampliação dos temas explorados e estudados, a busca do individual, do subjetivo, do simbólico etc. A partir desse ponto de vista, foi significativa a renovação promovida na História mediante ao enfoques das dimensões culturais “privilegiando o significado de construção simbólica e representação da realidade que toda ação revela” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 211).

Atualmente impõe-se uma tarefa imperativa no campo da história a busca por uma nova síntese histórica entre *velha e nova* história, na tentativa de se reforçar os instrumentos de análise social e para melhor configurar o objeto histórico. Esse projeto vem sendo defendido e propagado pelo historiador José Jobson de Andrade Arruda nos seguintes termos:

Em suma, uma nova síntese, envolvendo elementos modernos e pós-modernos, que enlace micro e macro-história, gestando uma estrutura cognoscitiva que represente uma nova aproximação com a experiência histórica e que sintetize, ao mesmo tempo, a unidade do gênero humano e seu desenvolvimento temporal, ao lado da variedade de culturas. Uma nova hermenêutica que incorpore renovadas estratégias de aproximação com o passado, assimilando o valor inextricável da subjetividade humana, sem perder de vista os fenômenos estruturais, as classes, os grupos, as formas coletivas de vida, integrando a descontinuidade, a quebra de relações entre autoconhecimento e auto-interpretação das pessoas e das circunstâncias de suas vidas, ruptura esta que deveria ser observada e interpretada pelos historiadores, transcendendo o horizonte cultural do passado. (ARRUDA; TENGARRINHA, 1999, p. 108)

A importância das pequenas cidades para a compreensão do conjunto

Uma pequena cidade – como Casa Branca, Santa Cruz das Palmeiras ou Tambaú – seria um bom campo de estudo na atualidade? De acordo com Braudel “sim, sem dúvida, com a condição de que não seja estudada somente por si e em si mesma [...], mas como um testemunho que é preciso restabelecer em planos múltiplos de comparação, tanto no tempo quanto no espaço” (Braudel, 2005, p. 228).

Com esse intuito, e seguindo o estilo de uma história-problema de abordagem estrutural, aos moldes da primeira e segunda geração dos *Annales*, mergulha-se no passado para tentar compreender o presente. Duas observações se fazem necessária antes de seguirmos.

A primeira é quanto ao termo *estrutural* aqui lançado. Os historiadores não devem esquivar-se da busca de permanências existentes nas sociedades, pois sendo histórico o que muda, também é histórico o que não muda (Braudel, 2002). Segundo Braudel:

A história assim privilegiada é por mim chamada estrutural, sob o signo da duração, da repetição, da insistência. Digo estrutural sem me preocupar com o estruturalismo dos lingüistas, que não me incomoda, nem me tenta, sem me preocupar com o estruturalismo dos pernósticos dos anos sessenta, para quem a estrutura não é mais do que um sistema de relações abstratas. Para o historiador, trata-se, ao contrário, de coisas bem reais. É estrutura, para ele, o que, na massa de uma sociedade, resiste ao tempo, perdura, escapa das vicissitudes, sobrevive com obstinação e sucesso. (BRAUDEL, 2002, p. 356)

A segunda observação diz respeito à história-problema, que concorre ao ofício do historiador, aos imperativos e implicâncias do presente. Há quem diga que com Braudel “estamos diante de uma *história implicitamente retroditiva*, que decide sobre a importância relativa dos acontecimentos ou instituições em função do que ela conhece de seu futuro posterior e de sua significação atual” (CAILLÉ, 1989, p. 98). Sendo assim, a pesquisa histórica deve sempre forçar as portas do tempo presente (BRAUDEL, 2002).

Desta maneira, através de um breve exercício retrospectivo das “raízes históricas” da região vê-se que aqui estavam presentes os elementos necessários para promoverem (mas não promoveram) a “*glória do progresso*”, ou seja, o desenvolvimento e a concentração urbana e industrial, pois contava com: uma cafeicultura de grande escala,

devido à boa qualidade do solo e clima, levada a cabo por famílias da elite paulista⁵. Havia duas ferrovias, a Paulista e a Mogiana, que conectavam as cidades aos grandes centros mundiais. Os imigrantes pipocavam de todo o canto do mundo, atraídos pela cafeicultura e suas atividades complementares; enfim, parecia que tudo daria certo no *futuro*, porém não deu. Onde se podem encontrar as causas que atravancaram a *glória do progresso*?

A hipótese principal da investigação é que o rumo dos acontecimentos teve tal direção e desdobramento devido à localização periférica que essas cidades ocuparam em relação aos grandes centros regionais, como Campinas e Ribeirão Preto, por exemplo, e, principalmente, em relação à cidade de São Paulo, que era o centro dinâmico do complexo cafeeiro – vale frisar que na visão braudeliana, Londres era o centro da economia-mundo nesse período. Com essa hierarquia existente entre as cidades, Casa Branca, Santa Cruz das Palmeiras e Tambaú ficaram sufocadas, e tiveram seus ritmos e fluxos condicionados aos desnivelamentos exercidos pelos centros urbanos mais expressivos que se antepuseram como etapas a serem vencidas.

Procura-se, ainda, afirmar que essa hierarquização social e econômica esteve a favor da modernização das regiões “centrais”, ou seja, em uma escala menor diga-se Ribeirão Preto e Campinas, e em escala maior São Paulo. Mesmo estando ancorado em uma análise fundada na História Regional, parte-se da hipótese que o *Orfeu* de Nicolau Sevcenko (1992) não teria ficado extático na metrópole sem os capitais que foram gerados na periferia do complexo cafeeiro e transferidos para a cidade de São Paulo, promovendo seu amplo processo de modernização. Ainda, dentro dessa mesma hipótese, busca-se afirmar que a intensa atividade de mecenato praticada pela elite da cidade de São Paulo, estudada por Maria Arminda do Nascimento Arruda (2001) no livro *Metrópole e Cultura*, não teria germinado sem a hierarquização dos capitais gerados no interior do Estado, mas acumulados na metrópole.

Mas, se de fato as coisas aconteceram assim, como constatar tal hierarquização? Fernand Braudel identifica o que ele chama de capitalismo nas cidades, principalmente nas

⁵ Emprega-se o termo *elite* aqui em sua versão braudeliana, significando o grupo privilegiado de atores que ocupam o topo da hierarquia social de determinada sociedade, cabendo a eles “o poder, a riqueza, uma grande parte dos excedentes da produção; cabe a eles governar, administrar, dirigir, tomar decisões, assegurar o processo do investimento, portanto da produção; a circulação de bens e de serviços, os fluxos monetários, convergem para eles” (BRAUDEL, 1996a, p. 415). Utiliza-se também, na tentativa de melhor entender a elite paulista, o conceito de *família de elite modernizante* lançado por Darrel Levi em seu estudo sobre a família Prado (LEVI, 1977).

idades ocidentais, aonde comerciantes, cidades, fluxos, técnicas, redes, dentre outros elementos, formam um conjunto robusto e indissolúvel (FOURQUET, 1989). Consoante a isso, a idéia de economia-mundo coopta a favor de sistemas relativamente fechados e complexos de divisão internacional do trabalho, onde os centros canalizam a maior parte dos lucros e dos capitais gerados nas malhas desse sistema, tornando-se os grandes beneficiados. Vejamos as palavras de Braudel:

Não há economia-mundo sem um espaço próprio e significativo por várias razões: ele tem limites e a linha que o contorna confere-lhe um sentido, tal como as margens explicam o mar; [...] implica um centro em benefício de uma cidade e de um capitalismo já dominante, seja qual for sua forma. [...] hierarquizado, esse espaço é uma soma de economias particulares, umas pobres, outras modestas, sendo uma única relativamente rica no seu centro. Daí resultam desigualdades, diferenças de voltagens, através das quais fica assegurado o funcionamento do conjunto. (BRAUDEL, 1996b: 16)

Essas desigualdades e diferenças de voltagem são no fundo desnivelamentos de mercado que tendem a manter o circuito ativo e lucrativo para “os centros”, e são resultantes das hierarquias sociais e da própria dinâmica do capitalismo. Podemos observar essa realidade através do estudo da economia da região de Casa Branca, onde as fontes corroboraram tal teorização.

Vale frisar que na concepção braudeliiana a respeito da economia, o capitalismo está situado, como seus atores (elite), no alto da cadeia mercantil, ficando suas ações de maior vulto e as vantagens mais elevadas restritas a uma pequena parcela do tecido social. Nessa concepção ainda, vemos que o capitalismo tende a ser, antes de tudo, comercial, isto é, o capital de maior grandeza é decorrente do comércio e de trocas realizadas dentro da economia-mundo. Um intérprete de Braudel aponta na seguinte direção:

O capitalismo, acredita ele, não surge na produção, mas na circulação. Existe capitalismo a partir do momento em que entre compradores e vendedores imediatos interpõe-se um terceiro, o comerciante; e isso é mais especialmente verdadeiro quando o terceiro é um intermediário financeiro, um comerciante de dinheiro – um banqueiro. O lucro capitalista seria, portanto, por natureza, de ordem especulativa. Muito longe de inscrever-se (como pensava Marx) no jogo das equivalências comerciais, ele resulta da capacidade do intermediário capitalista de falsear as regras da troca em seu benefício. Suprima-se os intermediários,

parece dizer Braudel, e você estará suprimindo o capitalismo para deixar apenas o justo mercado. (CAILLÉ, 1989: 102)

Levando-se em conta essa “lógica” do capitalismo comercial e o peso do capital gerado por ela, buscou-se avaliar como essa *lucratividade especulativa*, gerada pelos intermediários ou negociantes de dinheiro, pôde ser observada – e absorvida – na cafeicultura da região de Casa Branca.

Analisando as escrituras públicas de hipotecas e os penhores agrícolas – fontes históricas a qual se debruça com mais afinco a pesquisa – constatou-se uma hierarquia na cadeia creditícia, onde os grandes cafeicultores (membros da elite paulista, como Antonio da Silva Prado) concentravam os maiores volumes do crédito e, por meio de sua atuação nos negócios entrelaçados à comercialização e ao financiamento do café, subordinavam pequenos cafeicultores e demais tomadores de crédito.

De forma breve, salienta-se que havia uma hierarquia na cadeia mercantil do crédito, onde o topo era ocupado pelo grande capital, nacional ou estrangeiro, tendo como fonte os grandes centros financeiros mundiais – onde a diversificação dos investimentos é uma *realidade sedutora*, como por exemplo, Londres e São Paulo – até chegar à órbita do complexo cafeeiro, nas cidades especializadas na produção do café, como por exemplo, Santa Cruz das Palmeiras.

No próprio município mantêm-se as hierarquias, pois o grande capital acessível aos fazendeiros de maior vulto, ativou as transformações e a expansão das atividades complementares, inserindo outros agentes que participavam de forma mais modesta, mas não menos importante, na reprodução e na acumulação do capital cafeeiro e no desenvolvimento dos serviços urbanos ao nível local. Essa estruturação fica mais perceptível quando se observa à natureza dos bens hipotecados, na sua maioria imóveis rurais – os números apontam que mais de 90% dos imóveis hipotecados refere-se a imóveis rurais destinados à cafeicultura – demonstrando a importância da agricultura na região.

Como se já não bastassem tais mecanismos para promoverem a evasão de capitais da cidade, a elite paulista adotou formas de atuação que retiravam ainda mais a autonomia e as possibilidades de desenvolvimento do município. As divisas que poderiam ser retidas no município, via cobrança de impostos sobre a produção de café, eram burladas pelos membros da elite paulista, ou seja, muitas vezes eles não pagavam os impostos locais.

Considerações finais

É nítido, portanto, que as formas de atuação da elite paulista foram cruciantes para as hesitações da urbanização dos municípios de Casa Branca, Santa Cruz das Palmeiras e Tambaú. Essa elite não só manteve a hierarquia social, por meio da hierarquia mercantil imposta pelas relações de crédito, como também retiravam as pequenas porções que poderiam ficar na cidade via cobrança de impostos.

Perante isto, vemos reforçados os mecanismos que asseguram as desigualdades na modernização periférica, pois as bases de sustentação do grupo modernizante, que passa pela questão fundiária, dificilmente foram contestadas, impossibilitando uma modernidade *strictu sensu* (CAMPOS, 2002).

Outra importante observação é que a grande concentração de capital cafeeiro no município não gerou o desenvolvimento industrial local. Não podemos deixar de frisar que a economia cafeeira foi de extrema importância para o processo de modernização do município, mas os capitais gerados no município não ficaram ou foram reinvestidos localmente, pelo contrário, foi subordinado aos interesses da elite paulista que atuava na região, mas que diversificava seus negócios nos grandes centros urbanos, ou seja, no topo da cadeia mercantil. Afirma-se, portanto, que na economia-mundo, os centros dinâmicos possuidores de atividades diversificadas hierarquizam as bases, onde a produção tende a ser especializada, e que em vista disso, ficou privado da *glória do progresso*, configurando as *hesitações da urbanização*.

Munidos de uma gama variada de ferramentas conceituais relativas à história econômica, social e cultural, com abordagens da história agrária, urbana e regional, procurou-se fundamentar as interpretações a nível local, ou seja, no estudo da *parte*, e tecer correlações com o *todo* da história econômica paulista e do avanço do capitalismo pelo mundo, possibilidade ímpar derivada do foco analítico sobre as cidades.

Tem-se, portanto, realidades *diferenciadas* a serem *desvendadas* no processo de urbanização no Brasil, na passagem do século XIX para o século XX, realidades estas que serão melhores conhecidas se o historiador eleger as pequenas cidades, como as do interior de São Paulo, como seu *laboratorium*, pois as mesmas abrem um leque de análise soberbamente amplo para entendermos diversas facetas da História do país, como, por exemplo: a especialização das cidades, a industrialização nacional, a formação do *capital*

bancário, a constituição das redes urbanas regionais, as formas de atuação das elites, a relação entre memória e identidade, o simbolismo arquitetônico, as manifestações culturais e a sociabilidade dos grupos que compõem o tecido urbano-social.

Referências bibliográficas

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Cultura histórica: territórios e temporalidades historiográficas. **Saeculum**, João Pessoa, p.25-32, jan. /jun. 2007.

ARRUDA, José Jobson de Andrade; TENGARRINHA, João Manuel. **Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea**. Bauru: Edusc, 1999.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Metrópole e Cultura: São Paulo no meio século XX**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII**. Tradução Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, t.2, Os jogos da troca, 1996a.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII**. Tradução Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, t.3, O tempo do mundo, 1996b.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva. 2005.

BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a história**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. **O que é história cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CAILLÉ, Alain. A dominância do mercado. In: AYMARD, Maurice, et al. **Ler Braudel**. Tradução Beatriz Sidou. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo**. Editora SENAC São Paulo, 2002.

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CIPOLLA, Carlo M. **Introdução ao estudo da História Econômica**. Lisboa: Edições 70, 1993.

COHEN, Arón; CONGOST, Rosa; LUNA, Pablo F. (Orgs.). **Pierre Vilar: uma história total, uma história em construção**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 7. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

DOSSE, François. **A História em migalhas: dos Annales à Nova História**. Bauru, SP: Edusc, 2003.

_____. **A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

_____. **Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOURQUET, François. Um novo espaço-tempo. In: AYMARD, Maurice, et al. **Ler Braudel**. Tradução Beatriz Sidou. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História Econômica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FREITAG, Barbara. **Teorias da cidade**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

LEVI, Darrell Erville. **A Família Prado**. Tradução José Eduardo Mendonça. São Paulo: Cultura 70, 1977.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.